



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/Audin

# **Plano Anual de Auditoria Interna – Paint**

## **Exercício 2023**

## **PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAINT / 2023**

### **1. Introdução**

Em atendimento ao estabelecido na Instrução Normativa nº 5, de 27 de agosto de 2021, da Controladoria-Geral da União – CGU, em consonância com o disposto no Capítulo IV, Seção II, do Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, constante da Instrução Normativa nº 03, de 09/06/2017, da CGU, e com atenção ao disposto no subitem 4.1 do Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal, aprovado pela Instrução Normativa CGU nº 8, de 6 de dezembro de 2017, apresenta-se o Plano Anual de Auditoria Interna da Codevasf para o exercício 2023.

No presente Plano constam:

- Trabalhos a serem realizados pela Auditoria Interna da Codevasf – Consad/Audin, com o tipo de serviço a ser realizado, o objeto e o objetivo do trabalho, datas previstas para realização, carga horária para realização e origem da demanda do serviço.
- Seleção de trabalhos com base na avaliação de riscos.
- Previsão de capacitação para cada auditor interno governamental e chefias da Consad/Audin, de no mínimo 40 horas, em consonância com as atividades da Consad/Audin.
- Previsão da atividade de monitoramento das recomendações emitidas em trabalhos anteriores e ainda não implementadas pela unidade auditada, e atividade de levantamento de informações para órgãos de controle interno e externo e conselhos de administração e fiscal da Codevasf.
- Atividades a serem realizadas para fins de gestão e melhoria da qualidade da atividade de auditoria interna governamental.
- Previsão para atendimento das demandas extraordinárias recebidas pela Consad/Audin durante a execução do PAINT; e
- Premissas, restrições e riscos associados à execução do PAINT.

No presente plano, a Consad/Audin considerou a metodologia para seleção dos trabalhos de auditoria com base na avaliação de riscos, utilizada em 2022. A metodologia aplicada nesse PAINT encontra-se consignada no Apêndice e as tabelas resultantes da aplicação da metodologia encontram-se nos Anexos.

### **2. Universo de Auditoria**

Para a realização do presente trabalho foram utilizados como insumos o Planejamento Estratégico da Codevasf – 2022 a 2026, o Plano Anual de Negócio – PAN de 2022, as atribuições das áreas e suas gerências, conforme Regimento Interno da Codevasf aprovado pela Deliberação nº 19, de 30/5/2022, seus processos de negócio, as ações governamentais que possuem a Codevasf como unidade orçamentária constantes da Lei Orçamentária Anual – ano 2022, e as ações com recursos inscritos em restos a pagar.

Visando delimitar o universo de auditoria, a Consad/Audin realizou levantamento (por meio de encaminhamento de Comunicação Interna (CI)) junto as áreas de gestão da Sede e Superintendências Regionais quanto aos seus processos de negócio e considerou os processos estabelecidos no Regimento Interno da Empresa. Foram delimitados macroprocessos, processos e subprocessos, que foram condensados em temas de auditoria, conforme relação a seguir, sendo estes considerados na aplicação da metodologia de seleção das ações de

auditoria a serem realizadas em 2023. O levantamento do universo de auditoria será revisado anualmente, levando em conta possíveis alterações na estrutura regimental da Codevasf, conhecimento das peculiaridades das áreas e a necessidade de exclusão e inserção de objetos/temas.

Tabela 01 – Temas de auditoria definidos - processos de negócio constantes do universo de auditoria

<b>Tema Estratégico - PEI</b>	<b>Temas de Auditoria</b>
Gestão	Serviços de natureza continuada e contratos administrativos
	Protocolo, arquivo e publicações
	Patrimônio e material
	Cadastro e Administração da folha de pessoal
	Benefícios e Saúde Ocupacional
	Desenvolvimento de Pessoas
	Relações de trabalho
	Gestão Contábil
	Gestão Financeira
	Planejamento Estratégico
	Gestão e monitoramento dos instrumentos
	Gestão de Tecnologia da Informação
	Gestão das Licitações na PR/SL
Aplicação de penalidades em empresas	
Orçamentária e Financeira	Planejamento e Execução do Orçamento
Governança	Avaliação do Grau de Maturidade do Gerenciamento dos Riscos
	Ética e Integridade
	Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD
Gestão, Segurança Hídrica e Economia Sustentável	Gestão dos convênios e Termos de Compromisso
	Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's
Segurança Hídrica, Economia Sustentável e Agricultura Irrigada	Acompanhamento/Fiscalização
	Estudos e Projetos
Segurança Hídrica e Economia Sustentável	Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional
	Máquinas, Veículos e Equipamentos
	Doações de bens e equipamentos
Agricultura Irrigada	Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação
Economia Sustentável	Estradas Vicinais
	Construção de Pontes
	Pavimentação
Segurança Hídrica	Cisternas
	Conservação/recuperação hidroambiental
	Construção de Barragens
	Esgotamento Sanitário
	Gestão, Operação e Manutenção do PISF
	Perfuração e instalação de poços

Tema Estratégico - PEI	Temas de Auditoria
	Recuperação de Barragens
	Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água

### 2.1. Trabalhos obrigatórios por normativo específico

Além dos projetos destacados, fazem parte do Universo de Auditoria a realização de trabalhos demandados por normativo específico, sendo eles o acompanhamento da gestão das seguintes entidades e controles internos:

- Entidade Fechada de Previdência Complementar, Fundação São Francisco de Seguridade Social, em atendimento ao art. 2º da Resolução CGPAR/ME nº 38/2022.
- Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, em atendimento ao subitem 9.6.2 do Acórdão nº 2.135/2017/TCU-Plenário, à Resolução CGPAR/ME nº 41/2022 e ao Índice Geral de Governança do TCU (IGG-TCU) – Gestão de Tecnologia da Informação.

### 3. Premissas, Restrições e Riscos

Para o presente planejamento foram adotadas como premissas a realização dos projetos e processos de negócio constantes do universo de auditoria, considerando os prazos e orçamentos apresentados no Plano Anual de Negócios/2022, juntamente com o quantitativo de auditores disponíveis para a realização das atividades durante o exercício, a possibilidade de realização de viagens a campo em 2023, e as ausências legais previstas (férias, abonos, licenças para capacitação).

São consideradas como restrições para o desenvolvimento dos trabalhos a possível indisponibilidade de recursos financeiros para verificação in loco da execução física dos instrumentos, a não execução financeira de ações previstas no orçamento por diversos motivos (financeiro, técnico, operacional, climático, etc.) e que não justifiquem a realização do trabalho de auditoria, a priorização de trabalhos excepcionais demandados pela alta gestão da Empresa e a necessidade de capacitação específica para realização do trabalho de auditoria.

Os riscos operacionais relativos à execução do PAINT proposto podem ser humanos – falhas na execução dos procedimentos propostos ou até mesmo na qualificação do auditor para realizar o procedimento; de processo – procedimentos de auditoria com nível de detalhamento inadequado impossibilitando a conclusão sobre a questão de auditoria proposta, divergências de controles entre o planejamento e a execução do trabalho de auditoria; e tecnológico – limitação de equipamentos ou softwares que dificulte ou impossibilite a realização de procedimentos e análises conclusivas sobre a questão de auditoria proposta.

Sobre os riscos significativos que a Codevasf está exposta e seus processos de governança, gerenciamento de riscos e controle interno, cabe destacar a situação da Empresa quanto à gestão de riscos. Em conformidade ao disposto no art. 9º, inciso II da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, a Codevasf possui a Secretaria de Gestão de Integridade, Riscos e Controles Internos – SRC, com diversas competências relativas à gestão de riscos, conforme art. 110 do Estatuto Social da Empresa. Encontram-se definidas a Política de Gestão de Integridade, Riscos e Comunicações da Codevasf – PGIRC, e a Metodologia de Gerenciamento de Riscos e Controles Corporativos da Codevasf – MGIRC.

Por meio da Decisão nº 765/2020, rerratificada pela Decisão nº 073, de 20/01/2021, a Presidência definiu o início das operações de gerenciamento de riscos nas unidades orgânicas da Codevasf a partir de 22/02/2021. A SRC com os Núcleos de Integridade, Riscos e Controles Internos (NIRC) das áreas da Codevasf e os rebatimentos nas Superintendências Regionais finalizaram a etapa de “Planejamento das Operações” e concluíram parcialmente a “Etapa 1 – Entendimento do Contexto” no exercício de 2021. Esse resultado conduziu a Codevasf do nível Inicial

(Processo AdHoc com tarefas não definidas e dependentes de pessoas chave) para o nível Repetível (Processo estabelecido e repetível com tarefas padronizadas e atores qualificados), de acordo o modelo de maturidade do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

Em 2022, a “Etapa 1 – Entendimento do Contexto” e a “Etapa 2 – Identificação dos Riscos” foram concluídas com as Áreas da Codevasf (PR, AR, AI, AD, AE e AA) e iniciada a “Etapa 3 – Análise e Avaliação dos Riscos” e a “Etapa 4 – Tratamento e Resposta ao Risco”. Está previsto para dez/2022 a apresentação dos resultados das etapas do gerenciamento de riscos e, em 2023, será iniciado o 2º ciclo com as Superintendências Regionais.

Considerando as informações prestadas pela SRC, relativas ao estágio do gerenciamento de riscos na Empresa, avaliou-se a maturidade da gestão de riscos da empresa, conforme modelo de avaliação constante da Orientação Prática da CGU, observando-se uma média de 2,90 (aprimorado), Avaliação de Maturidade constante do item I dos Anexos, com uma ligeira evolução em relação ao PAINT 2022, que apresentou média de 2,75 (aprimorado). Apesar da evolução observada no período, a Empresa não concluiu o levantamento dos PGRS de modo a serem observados nesse Planejamento. Diante desse cenário, a Consad/Audin elaborou uma avaliação dos riscos de modo a subsidiar o levantamento dos objetos de auditoria, sendo essa avaliação detalhada na Metodologia de Seleção dos Trabalhos de Auditoria, constante do Apêndice.

#### **4. Atividades de Gestão e Melhoria da Qualidade da Atividade de Auditoria Interna**

O Programa de Gestão e Melhoria da Qualidade – PGMQ, da Auditoria Interna da Codevasf foi aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, conforme Deliberação nº 40 de 30/8/2021. Visando ao aprimoramento da qualidade dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Consad/Audin ao longo de 2023, estima-se a necessidade de 20 dias úteis ao longo do ano para aplicação dos procedimentos de auditoria utilizados nos trabalhos executados e desenvolvimento do Programa.

#### **5. Seleção das Ações de Auditoria**

Para seleção dos objetos a serem auditados ao longo de 2023, tendo em vista o nível de maturidade da Gestão de Riscos da Codevasf, a Consad/Audin aplicou metodologia de seleção (vide Apêndice) considerando o universo de auditoria estabelecido no Item 2 – Tabela 1. Foram estimadas a capacidade operacional das unidades da Consad/Audin e considerados os trabalhos obrigatórios (subitem 2.1).

A auditoria na Entidade Fechada de Previdência Complementar - Fundação São Francisco de Seguridade Social - será realizada anualmente e incluída no PAINT/2023. Em relação à auditoria na Gerência de Tecnologia da Informação – AE/GTI, o TCU, por meio do Acórdão nº 2.135/2017/TCU-Plenário, recomendou que fosse realizada auditorias periódicas nos controles de TI da entidade. E ainda, o art. 5º da Resolução CGPAR nº 41/2022 estabelece que, no que couber, a Auditoria Interna das empresas estatais federais deverá incluir no escopo de seus trabalhos a verificação quanto à observância pelas empresas desta Resolução.

A auditoria para avaliar a aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas e a auditoria para analisar a conformidade legal quanto ao funcionamento dos órgãos colegiados da Codevasf (Consad, Coaud, Confis e DEX) foram sugeridas pelo Coaud, constante da Ata da 106ª Reunião, e corroborada pelo Consad na Ata da 322ª Reunião Ordinária.

Feitas as observações quanto à metodologia aplicada na seleção das ações (ver Apêndice) e as particularidades observadas, é apresentado a seguir o Plano Anual a ser realizado pela Auditoria Interna, em função de obrigação normativa; seleção baseada em riscos; solicitação da alta administração; outros trabalhos referentes à gestão interna da Consad/Audin e capacitações.

## 6. Plano Anual da Auditoria Interna – PAINT/2023

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/h	Local	Custo (R\$)	Diárias	Passagens	Riscos
1	Avaliação	Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS	Verificar o cumprimento das Resoluções CGPAR n°s 37/2022 e 38/2022.	Obrigação Legal	Fevereiro	Maio	18	2160	Brasília	0,00	0,00	0,00	R52, R53, R54, R55, R56 e R57
2	Avaliação	Política de Transações com Partes Relacionadas	Avaliar a aplicação da Política de Transações com Partes Relacionadas	Demanda da alta administração	Fevereiro	Maio	18	2160	Brasília	0,00	0,00	0,00	
3	Avaliação	Gestão da Tecnologia da Informação	Avaliar a gestão da Tecnologia da Informação considerando os riscos destacados	Obrigação Legal	Junho	Setembro	17	1360	Brasília	0,00	0,00	0,00	R1, R3, R4, R9, R12, R13, R16, R17, R19, R20, R30, R37, R38, R39
4	Avaliação	Gerenciamento de Riscos da Codevasf	Avaliar o grau de maturidade do gerenciamento de riscos da Codevasf	Avaliação de Riscos	Junho	Setembro	17	1360	Brasília	0,00	0,00	0,00	R12 e R18
5	Avaliação	Atuação dos Órgãos Colegiados	Análise de conformidade legal quanto ao funcionamento dos órgãos colegiados da Codevasf (Consad, Coaud, Confis e DEX)	Demanda da alta administração	Junho	Setembro	17	1360	Brasília	0,00	0,00	0,00	
6	Avaliação	Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional	Observar a ocorrência dos riscos destacados na execução das ações de apoio ao desenvolvimento regional executadas pela Codevasf por meio da AR/GDT, AR/GSA e seus rebatimentos nas SRs, em especial aos recursos executados por meio do Programa/Ação 2217/00SX, observando a efetividade, eficiência e eficácia das ações realizadas pela Codevasf (doações de bens e equipamentos).	Avaliação de Riscos	Fevereiro	Junho	22	1760	DF, MG, BA, PE, AL, SE, PI, MA, GO, TO, RN, AP	14.102,00	6.102,00	8.000,00	R1, R3, R4, R5, R6, R8, R12, R13, R19, R20, R22, R30, R31, R32, R34, R25, R35, R36, R48
7	Avaliação	Pavimentação	Observar a ocorrência dos riscos destacados na execução dos projetos; avaliar a eficácia dos controles internos na mitigação dos riscos levantados; e acompanhar o atendimento das diligências dos órgãos de controle e demandas externas	Avaliação de Riscos	Fevereiro	Junho	22	2640	DF, BA, PE e AL	21.153,00	9.153,00	12.000,00	R1, R3, R4, R5, R6, R13, R19, R20, R30, R31, R32, R33, R34, R48, R49

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/h	Local	Custo (R\$)	Diárias	Passagens	Riscos
8	Avaliação	Construção e Gestão de Barragens	Observar a ocorrência dos riscos destacados na execução dos projetos e obras, considerando a gestão, manutenção e recuperação das barragens de responsabilidade da Codevasf; avaliar a eficácia dos controles internos na mitigação dos riscos levantados; e acompanhar o atendimento das diligências dos órgãos de controle e demandas externas	Avaliação de Riscos	Julho	Outubro	17	2040	DF, MG, PI, BA	28.204,00	12.204,00	16.000,00	R1, R4, R6, R12, R20, R22, R32, R33, R34, R48, R49, R13 e R24
9	Gestão Interna da UAIG	Atividades de Gestão e Melhoria da Qualidade da atividade da auditoria interna (PGMQ e IA-CM)	Promover a aderência às IPPF e a melhoria contínua da atividade de auditoria interna por meio de avaliações de qualidade, complementado pelo IA-CM.	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro	4	160	Brasília	0,00	0,00	0,00	
10	Reserva Técnica (demandas Extraordinárias)	Reserva técnica para auditoria especial e outras ações de controle		Outros	Janeiro	Dezembro	27	2.160	Brasília				
11	Monitoramento de recomendações	Acompanhamento das recomendações da auditoria interna emitidas em trabalhos anteriores		Outros	Janeiro	Dezembro	19	1520	Brasília	0,00	0,00	0,00	
12	Levantamento de informações para órgãos de controle interno ou externo	Acompanhamento das diligências e demandas dos órgãos de controle, relatórios de acompanhamento CGPAR e MDR		Outros	Janeiro	Dezembro	35	5.542	Brasília	0,00	0,00	0,00	
13	Gestão Interna da UAIG	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT 2022)	Demonstrar as ações de controle planejadas e efetivamente realizadas pela Auditoria Interna da Codevasf em 2022, contemplando resultados e impactos na gestão.	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		148	Brasília	0,00	0,00	0,00	
14	Gestão Interna da UAIG	Elaboração do PAINT 2024	Elaborar o PAINT 2024 a partir da avaliação de riscos, demandas da alta administração e dos Conselhos.	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		188	Brasília	0,00	0,00	0,00	
15	Gestão Interna da UAIG	Elaboração de relatórios trimestrais para os Conselhos, discussão de relatórios de auditoria e avaliação gerencial dos programas de trabalho	Elaborar os relatórios trimestrais para os Conselhos, contemplando trabalhos planejados, realizados e acompanhamento das recomendações e demandas externas	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		480	Brasília	0,00	0,00	0,00	
16	Gestão Interna da UAIG	Parecer sobre a análise da conformidade dos valores pagos aos Dirigentes e Conselheiros da Codevasf 2022-2023	Garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários	Obrigação Legal	Janeiro	Fevereiro	3	120	Brasília				

ID	Tipo de Serviço	Objeto Auditado	Objetivo da Auditoria	Origem da Demanda	Início	Conclusão	Semanas	H/h	Local	Custo (R\$)	Diárias	Passagens	Riscos
17	Gestão Interna da UAIG	Parecer sobre a análise do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras	Avaliar trimestralmente o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras	Obrigação Legal	Fevereiro	Fevereiro	9	360	Brasília				
18	Gestão Interna da UAIG	Tomada de Contas Especial	Analisar e emitir Parecer sobre os Processos de Tomada Especial	Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro	6	240	Brasília				
19	Gestão Interna da UAIG	Parecer sobre Prestação de Contas Anual	Elaborar parecer sobre a prestação de contas anual, nos termos da Instrução Normativa CGU nº 5/2021	Obrigação Legal	Março	Maior	2,125	85	Brasília				
20	Capacitação	Capacitação de auditores e chefias		Obrigação Legal	Janeiro	Dezembro		680		29.130,00	0,00	0,00	
								<b>26.523</b>		<b>92.589,00</b>	<b>27.459,00</b>	<b>36.000,00</b>	

### Resumo – Alocação da Força de Trabalho

Atividade	HH Previsto
Serviço de Auditoria	14.840
Capacitação	680
Monitoramento de recomendações	1.520
Gestão e Melhoria da Qualidade	160
Gestão Interna da UAIG	1.621
Levantamento de Informações para órgãos de controle interno ou externo	5.542
Reserva Técnica (demanda extraordinária)	2.160
<b>Total</b>	<b>26.523</b>



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/Audin

## **7. Encaminhamento**

Demonstrados os critérios e a metodologia utilizada para a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para a Consad/Audin realizar no ano de 2023, encaminhe-se o presente Plano para deliberação do Conselho de Administração da Codevasf.

Brasília, 19 de dezembro de 2022

**Márcia Lopes Rodrigues de Souza**

Chefe da Auditoria Interna

**Lúcio Soares da Silva**

Chefe da Unidade de Acompanhamento e Avaliação de Programas

**Rodrigo França Ribeiro**

Chefe da Unidade de Acompanhamento e Avaliação da Gestão

## APÊNDICE

### Metodologia de Seleção dos Trabalhos de Auditoria

A delimitação dos objetos a serem auditados deve considerar a capacidade operacional da Consad/Audin, no atendimento das demandas obrigatórias e na elaboração de matriz de riscos. A seguir apresentam-se os dados levantados e metodologia utilizada.

- **Capacidade Operacional**

Delimitada da seguinte forma, por unidade da Consad/Audin:

	Consad/Audin/UIIN		Consad/Audin/UAG		Consad/Audin/UAP		TOTAL
	Analistas	Chefia	Analistas	Chefia	Analistas	Chefia	
<b>Quantidade</b>	3	1	6	1	5	1	17
<b>Capacidade Operacional Bruta</b>	5.832	1.944	11.664	1.944	9.720	1.944	33.048
<b>Férias/Abonos/Licenças</b>	1.215	338	2.436	338	1.860	338	6.525
<b>Capacidade Operacional</b>	4.617	1.606	9.228	1.606	7.860	1.606	26.523
<b>Capacitação mínima de 40h</b>	120	40	240	40	200	40	680
<b>Capacidade Operacional Efetiva</b>	<b>4.497</b>	<b>1.566</b>	<b>8.988</b>	<b>1.566</b>	<b>7.660</b>	<b>1.566</b>	<b>25.843</b>

- **Seleção dos Objetos de Auditoria**

Definida a capacidade operacional e o universo de auditoria (vide item 2 do PAINT) foram estabelecidos os critérios e procedimentos a serem realizados visando à Avaliação dos Objetos de Auditoria (item IV dos Anexos).

Tendo em vista que os Planos de Gerenciamento de Riscos Setoriais da Codevasf não estão concluídos, definiu-se que os objetos a serem selecionados para a elaboração do PAINT 2023 devem ser classificados considerando critérios de materialidade, risco e relevância, os quais são compostos por diversos fatores de avaliação, com respectivos pesos, aplicados na seleção dos temas de auditoria, conforme detalhado a seguir.

Tabela 02 – Critérios, fatores de avaliação e pesos

Critério	Peso	Fator de Avaliação	Peso
Materialidade	25%	Magnitude financeira-orçamentária*	0,7
		Magnitude financeira-orçamentária**	0,1
		Magnitude financeira-patrimonial	0,2
Risco	45%	Risco ao negócio	0,4
		Lapso entre auditorias	0,4
		Corregedoria	0,2
Relevância	30%	Interesse da gestão	0,1
		Interesse da auditoria interna	0,3
		Exigências de instâncias externas	0,3
		Vinculação ao PEI	0,2
		Ouvidoria	0,1

(\*) possuem atuação direta na execução do recurso financeiro propriamente dito, tendo previsão específica de recurso financeiro/orçamentário.

(\*\*) envolvem a gestão de todo o orçamento e recurso disponível da Codevasf.

○ **Critério Materialidade**

No critério de materialidade foram considerados como fatores as magnitudes orçamentária e patrimonial. A primeira abrange os valores previsto no orçamento da Empresa em 2022 (LOA 2022) para os temas de auditoria juntamente com os restos a pagar, valores constantes do PAN2022. Para o segundo, foi considerado o valor patrimonial sob gestão da Codevasf.

○ **Critério Risco**

Para o critério de risco foram considerados os fatores de risco ao negócio, lapso entre auditorias e corregedoria. Para o fator Corregedoria, os temas foram avaliados considerando a existência de processos na Consad/COR relativos aos temas, classificados em 3 escalas de pontuação: 1 - caso não existam processos; 3 - caso existam em processos de atividade meio; e 5 - caso existam em processos de atividade fim. O fator lapso entre auditorias foi pontuado seguindo a seguinte escala, que considera o tempo, em anos, decorrido desde a última ação de auditoria desenvolvida pela Consad/Audin sobre o tema de auditoria, conforme Tabela 03.

Tabela 03 – Classificação do lapso temporal entre auditorias

<b>Lapso temporal entre auditorias</b>	<b>Pontos</b>
Tempo decorrido <=1 ano	1
1<tempo decorrido<=2	2
2<tempo decorrido<=3	3
3<tempo decorrido<=4	4
Tempo decorrido >5 anos	5

Para o fator risco ao negócio, foram considerados os riscos levantados no PAINT/2022 e adicionados novos riscos observados nas auditorias de 2022. Para o levantamento dos riscos foram consideradas as vulnerabilidades e ameaças constantes da análise SWOT apresentada pela Codevasf no Planejamento Estratégico Institucional 2017-2021 e 2022-2026 e levantados os riscos associados a essas ameaças e vulnerabilidades, sendo levantados, inicialmente, 37 riscos. Junto a esses riscos foram adicionados 16 riscos observados na execução dos trabalhos de auditoria realizados em 2022 e 4 riscos levantados pela Controladoria Geral da União.

Definidos os riscos, procedeu-se a sua avaliação, considerando os respectivos potenciais de impacto e probabilidade de ocorrência, conforme as escalas a seguir:

Tabela 04 – Escala de impactos utilizada na classificação dos riscos

<b>Escala de Impactos</b>		
<b>Magnitude</b>	<b>Descrição</b>	<b>I</b>
Muito baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, porém causando <b>impactos mínimos nos objetivos</b> de prazo, custo, qualidade, escopo, imagem ou relacionados ao atendimento de metas, padrões ou à capacidade de entrega de produtos/serviços às partes interessadas (clientes internos/externos, beneficiários).	1
Baixo	Degradação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando <b>impactos pequenos nos objetivos</b> .	2

### Escala de Impactos

Magnitude	Descrição	I
Médio	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas, causando <b>impactos significativos nos objetivos, porém recuperáveis.</b>	5
Alto	Interrupção de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando <b>impactos de reversão muito difícil nos objetivos.</b>	8
Muito alto	Paralisação de operações ou atividades de processos, projetos ou programas da organização, causando <b>impactos irreversíveis/catastróficos nos objetivos.</b>	10

Fonte: Brasil. Controladoria Geral da União. Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos. Brasília, 2020.

Tabela 05 – Escala de probabilidade utilizada na classificação dos riscos

### Escala de Probabilidades

Magnitude	Descrição	P
Muito baixa	<b>Evento improvável de ocorrer.</b> Excepcionalmente poderá até ocorrer, porém não há elementos ou informações que indiquem essa possibilidade.	1
Baixa	<b>Evento raro de ocorrer.</b> O evento poderá ocorrer de forma inesperada, havendo poucos elementos ou informações que indicam essa possibilidade.	2
Média	<b>Evento possível de ocorrer.</b> Há elementos e/ou informações que indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	<b>Evento provável de ocorrer.</b> É esperado que o evento ocorra, pois os elementos e as informações disponíveis indicam de forma consistente essa possibilidade.	8
Muito alta	<b>Evento praticamente certo de ocorrer.</b> Inequivocamente o evento ocorrerá, pois os elementos e informações disponíveis indicam claramente essa possibilidade.	10

Fonte: Brasil. Controladoria Geral da União. Orientação Prática: Plano de auditoria interna baseado em riscos. Brasília, 2020.

Aplicando-se as escalas acima, foram obtidas as notas de Impacto X Probabilidade para cada risco, sendo o resultado apresentado na tabela constante do item II dos Anexos. Com os riscos identificados e avaliados, procedeu-se a sua associação aos temas de auditoria, juntamente com suas notas, sendo estas somadas para cada tema. O resultado é apresentado no item III dos Anexos.

A pontuação apresentada no item foi obtida aplicando-se a classificação dos riscos acumulados, mostrada na Tabela 06.

Tabela 06 – Classificação dos temas de auditoria por demandas externas

Impacto x Probabilidade Acumulado	Pontos
Baixo – até 124	1
Médio baixo – de 125 a 248	2
Médio – de 249 a 372	3
Médio alto – de 373 a 496	4
Alto – acima de 496	5

Por fim, para delimitação das notas relativas ao critério de risco, foram aplicados os pesos de cada fator aos resultados das notas correspondentes.

o **Critério Relevância**

Nesse critério foram considerados os fatores de Interesse da gestão, interesse da auditoria interna, exigências de instâncias externas, vinculação ao PEI e ouvidoria.

Para o fator Ouvidoria foi considerada a seguinte escada relativa à quantidade de demandas registradas na Ouvidoria da Codevasf para cada tema de auditoria. As demandas podem ser referentes a pedidos de informação, reclamação ou denúncias.

Tabela 07 – Classificação dos temas por quantitativo de demandas na Ouvidoria

<b>Ouvidoria</b>	<b>Pontos</b>
Nenhuma demanda	1
Poucas demandas (até 15)	3
Muitas demandas (acima de 15)	5

Para o fator vinculação ao PEI foi considerada a relação do tema com o Planejamento Estratégico da Codevasf e sua abrangência, sendo esta local (abrangência do objeto de auditoria de interesse direto de uma unidade), setorial (abrangência do objeto de auditoria de interesse de mais uma unidade ou gerências, porém sem envolver toda a instituição) e institucional (abrangência do objeto de interesse da Empresa como um todo).

Tabela 08 – Classificação dos temas de auditoria por vínculo ao PEI

<b>Vinculação ao PEI</b>	<b>Pontos</b>
Local e não previsto no PEI	1
Local e previsto no PEI	2
Setorial e não previsto no PEI	3
Setorial e previsto no PEI	4
Institucional e previsto no PEI	5

Para o fator exigências de instâncias externas foram considerados os registros da Consad/Audin relativos às demandas de órgãos externos, considerando o tipo de demanda, conforme classificação a seguir.

Tabela 09 – Classificação dos temas de auditoria por demandas externas

<b>Exigências de Instâncias Externas</b>	<b>Pontos</b>
Não houve demanda	1
Demandas de outros órgãos federais/estaduais	2
Demandas da Polícia Federal	3
Trabalhos de Controladoria Geral da União	4
Trabalhos do Tribunal de Contas da União	5

Para o fator interesse da auditoria interna, considerando a experiência e conhecimento do corpo técnico da auditoria interna quanto aos processos de trabalho da Codevasf e seu histórico de avaliações realizadas, procedeu-

se pesquisa junto aos analistas da Consad/Audin, visando classificar os temas de auditoria por grau de interesse, conforme tabela a seguir. Foi considerado como resultado a média das notas atribuídas por todos os auditores.

Tabela 10 – Classificação dos temas por interesse auditoria

<b>Interesse da Auditoria Interna</b>	<b>Pontos</b>
Baixo	1
Médio baixo	2
Médio	3
Médio alto	4
Alto	5

Por fim, para o fator interesse da gestão, foi demandado aos gestores das áreas da Codevasf manifestação quanto aos seus processos de negócio e que fossem destacados os que julgassem relevantes ou críticos. O resultado foi classificado aplicando-se a escala mostrada na tabela a seguir.

Tabela 11 – Classificação dos temas de acordo com o interesse dos gestores

<b>Interesse da Gestão</b>	<b>Pontos</b>
Nenhuma manifestação	1
Manifestação sem sugestão	3
Manifestação com sugestão	5

- **Classificação e Seleção dos Objetos de Auditoria**

Após a avaliação e somados os resultados dos três critérios (materialidade, risco e relevância) multiplicados pelos seus respectivos pesos (ver Tabela 02), obteve-se a priorização (*ranking*) dos objetos de auditoria, classificados por temas, seguindo a ordem da maior pontuação para a menor, conforme detalhado no Item IV dos Anexos. Com base na priorização dos temas de auditoria e considerando a força de trabalho disponível na Consad/Audin, foram selecionados os objetos e incluídos no Plano Anual de Auditoria para 2023 (Item 6).

Esta metodologia é um trabalho inicial e, com o desenvolvimento da maturidade da gestão de riscos da Codevasf, a Consad/Audin irá a cada exercício aprimorar a sistemática de priorização dos objetos de auditoria, buscando incluir ações de controles a serem realizadas que possam agregar maior valor para a Empresa.



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Auditoria Interna – Consad/Audin

# ANEXOS

## I. Avaliação de Maturidade da Gestão de Riscos da Codevasf

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
Fixação de Objetivos e Metas	A Unidade estabeleceu direcionamento estratégico (objetivos-chave, missão, visão e valores fundamentais) alinhado às suas finalidades e competências legais?	3	Aprimorado	PEI, PAN
	A Unidade possui objetivos estratégicos e de negócio claramente definidos e comunicados por toda a organização?	4	Avançado	PEI, PAN
	A Unidade estabeleceu e comunicou adequadamente medidas (metas, indicadores) para monitorar seu desempenho?	3	Aprimorado	PEI, PAN
	A Unidade estabeleceu o risco aceitável (apetite a risco) para o alcance de seus objetivos?	4	Avançado	MGR
Comitê de Governança, Riscos e Controle	A Unidade instituiu Comitê de Governança, Riscos e Controles com competências alinhadas às previstas no §2º do art. 23 da IN MP/CGU nº 01/2016??	3	Aprimorado	A governança está sendo exercida mediante atuação dos Conselhos, da Liderança Executiva e das instâncias de Controle Interno previstas no Regimento Interno da Empresa.
	O Comitê tem atuado de forma efetiva na coordenação e supervisão do processo de gestão de riscos da Unidade?	3	Aprimorado	Ação continuada para coordenar e orientar os NIRCs e Gestores Setoriais/Regionais na implantação do processo de gerenciamento de riscos na Empresa mediante encontros virtuais para conhecimento e emprego da MGR evidenciado por vídeos publicados e campanhas empregando e-mails institucionais e a página da Intranet
Mandato e Comprometimento	A Alta Administração (e as instâncias de governança) demonstram comprometimento e exercem liderança em relação ao processo de gestão de riscos da Unidade?	2	Básico	De forma reativa mediante atos de decisão, resoluções da DEX e deliberações do Consad
	Foi instituída Política de Gestão de Riscos contemplando os requisitos mínimos estabelecidas pela IN Conjunta MP/CGU nº 01/2016?	4	Avançado	Sim, a PGIRC
	Foram definidas a metodologia e os critérios para avaliação e documentação dos trabalhos de gerenciamento de riscos?	4	Avançado	Sim, Método de Priorização de Processos - MPP, Metodologia de Gerenciamento de Riscos Corporativos da Codevasf - MGR

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
	Foi estabelecida estrutura adequada (responsabilidades, pessoas, recursos, ferramentas, informações) para coordenar, implementar e supervisionar o processo de gestão de riscos da Unidade?	2	Básico	Os papéis e responsabilidades estão previstos na PGIRC e no Regimento Interno da Empresa. A PR.SRC opera de forma deficitária em quantitativo de pessoal e sua qualificação, assim como não dispõe de ferramenta de suporte tecnológico para apoiar e automatizar suas análises e registros em gerenciamento de riscos, optando por empregar planilhas para não contingenciar suas operações
Processo de Gestão de Riscos	O processo de gestão de riscos contempla prévia etapa de estabelecimento dos contextos interno e externo onde a Unidade opera de forma a atingir seus objetivos?	4	Avançado	Sim, a MGR
	A etapa de identificação dos riscos fornece informações sobre os riscos relevantes do objeto, incluindo suas causas, eventos e consequências que possam impactar o atingimento dos objetivos?	4	Avançado	Sim, MGR e MPP
	Os riscos identificados são adequadamente analisados em termos de probabilidade de ocorrência e de impacto nos objetivos, de acordo com os critérios previamente estabelecidos?	4	Avançado	Sim, MGR
	A avaliação e a seleção das respostas aos riscos consideram adequadamente o apetite a risco estabelecido e o custo-benefício das atividades de controle e outras medidas para mitigar os riscos?	4	Avançado	Sim, MGR
	As respostas aos riscos identificados são efetivamente implementadas?	1	Inicial	A implantação do processo de gerenciamento de riscos concluiu seu planejamento com a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Riscos Setoriais - PGRS e está executando a primeira etapa metodológica com entrega de 4 produtos estabelecida para 30.09.21 em todas as gerências setoriais e unidades orgânicas vinculadas à Presidência
	Existe adequado acompanhamento e monitoramento dos riscos e controles-chave pelas áreas responsáveis?	1	Inicial	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos

Item de Verificação		Avaliação		Evidências/Observações
		Nota	Descrição	
	O processo de gestão de riscos é adequadamente documentado?	3	Aprimorado	Os produtos de cada etapa metodológica estão sendo registrados em processos digitais constituídos para cada Área da Empresa assim como na Presidência e suportados por planilhas de dados senso que os processos estaria melhor sistematizado e atualizado com emprego de ferramenta de suporte tecnológico em especial para com as análises desejáveis
Resultados	O processo de gestão de riscos está adequadamente implementado em todos os processos operacionais relevantes da Unidade?	1	Inicial	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos. A relevância dos processos operacionais é identificada mediante emprego do MPP
	O resultado da gestão de riscos é oportunamente comunicado à Alta Administração, instâncias de governança e demais partes interessadas?	3	Aprimorado	Sim, mediante o encaminhamento de relatórios semestrais à liderança executiva e aos conselhos da Empresa
	A gestão de riscos tem sido efetivamente utilizada pela Unidade para apoiar o processo de tomada de decisão e a melhoria do atingimento dos objetivos organizacionais?	1	Inicial	Não, uma vez que a Empresa ainda não concluiu esta etapa do processo de implantação do gerenciamento de riscos
<b>MÉDIA GERAL:</b>		<b>2,9</b>	<b>Aprimorado</b>	

## II. Avaliação dos Riscos Associados

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Ameaça	Suspensão de empreendimentos da Codevasf pelos órgãos de controle em decorrência de indícios de irregularidades.	R1	Ocorrência de sobrepreço, superfaturamento, ou falhas na licitação e execução que inviabilizem a execução do projeto	5	8	40
Ameaça	Paralisação de obras/empreendimentos e elevação do passivo trabalhista em função das dificuldades financeiras das empresas contratadas.	R2	Irregularidades na prestadora de serviço gerando passivo trabalhista para a Codevasf	2	5	10
Ameaça	Baixa integração entre os órgãos federais, estaduais e municipais na gestão dos empreendimentos da Codevasf.	R3	Planejamento e execução de ações em duplicidade com outros agentes públicos por não haver integração entre os agentes	5	2	10

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Ameaça	Alta repercussão negativa das obras de esgotamento sanitário mal executadas e/ou paralisadas.	R4	Não execução dentro do prazo por fragilidades de projeto, de concepção ou de desconhecimento da realidade atual do local	8	2	16
Ameaça	Impacto negativo na imagem da empresa em função da interferência política na destinação dos recursos.	R5	Alteração da destinação, características e beneficiários de projetos por interferência política impactando na imagem da Empresa	2	5	10
Ameaça	Intempestividade na liberação do orçamento e/ou insuficiência financeira, acarretando dificuldades na manutenção da máquina administrativa e na execução das ações da Empresa.	R6	Paralisação, aumento de custos ou impossibilidade de conclusão de projeto por problemas na liberação do recurso financeiro	5	8	40
Ameaça	Executar empreendimentos oriundos de emendas parlamentares desalinhados com os objetivos institucionais.	R7	Realização de ações com recursos de emendas incompatíveis com os objetivos estratégicos previstos no PEI e PAN	2	5	10
Ameaça	Atuar fora dos limites geográficos da área de atuação em decorrência de ingerência política.	R8	Recorrência de impropriedade ao executar ações/projetos fora da área de atuação legal	8	2	16
Ameaça	Questionamento da importância da Empresa pelos Governos (Federal, estadual e municipal) e sociedade decorrente do elevado custeio administrativo em relação ao baixo investimento finalístico.	R9	Custeio elevado sem avaliações ou indicadores de gestão atualizados que demonstrem a eficiência da gestão das despesas administrativas	2	8	16
Vulnerabilidade	Inexistência de um programa de capacitação continuada dos dirigentes.	R10	Adoção de medidas indevidas/irregulares por dirigentes por não estarem devidamente capacitados	5	5	25
Vulnerabilidade	Sistemática de avaliação de desempenho dos dirigentes não contempla um sistema de medições baseado em indicadores e metas institucionais.	R10	Adoção de medidas indevidas/irregulares por dirigentes por não estarem devidamente capacitados	5	5	25
Vulnerabilidade	Pouca divulgação dos mecanismos para submissão de denúncias às instâncias internas de governança.	R11	Dirigentes não tomando conhecimento de denúncias por problemas na estrutura de reporte/ouvidoria	2	5	10
Vulnerabilidade	Estrutura dedicada à gestão de riscos e controles internos inexistente.	R12	Baixa efetividade da gestão de riscos na empresa	5	8	40
Vulnerabilidade	Não há uma sistemática de monitoramento e avaliação da eficiência, eficácia e efetividade institucional.	R13	Execução de ações sem o seu posterior monitoramento com vistas a avaliar a eficiência, eficácia e efetividade da ação, de modo a avaliar a continuidade ou não das ações e seu impacto na sociedade;	2	8	16

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Vulnerabilidade	Ausência de planejamento estratégico estruturado e continuado, elaborado com a participação das partes interessadas.	R14	Não elaboração e atualização do PEI dentro dos prazos de vigência	2	1	2
Vulnerabilidade	Gestão por competências e Gestão do conhecimento inexistentes.	R15	Baixa produtividade por má distribuição da mão de obra devido a ausência de mapeamento e gerenciamento de talentos	5	10	50
Vulnerabilidade	Não há uma política de RH definida que contemple, pelo menos, plano de capacitação, carreiras, avaliação de desempenho e plano de sucessão de gestores, alinhados aos objetivos institucionais da empresa.	R16	Baixa produtividade por fragilidades na eficácia das capacitações realizadas, fidedignidade das avaliações de desempenho e ausência de gestão/capacitação de gestores e sucessores.	5	8	40
Vulnerabilidade	Força de trabalho mal distribuída na Empresa.	R17	Gerência com necessidade de mão de obra especializada, apesar de haver analistas capacitados lotados em outras áreas	2	5	10
Vulnerabilidade	Baixa participação das SR's nas iniciativas de melhoria da Gestão.	R18	Mapeamento de riscos não representa a realidade por baixa participação das unidades finalísticas nas SRs	2	8	16
Vulnerabilidade	Baixa informatização de processos críticos, integração deficiente dos sistemas corporativos em operação e desatualização das informações processadas por sistemas existentes.	R19	Fragilidades no controle e disponibilização de dados críticos por falta de sistemas ou de planejamento e implementação de sistemas de TI corporativo	5	10	50
Vulnerabilidade	A gestão da carteira e o gerenciamento de empreendimentos baseados em boas práticas não estão institucionalizados na Empresa.	R20	Possibilidade de repetição de erros e de não incorporar boas práticas vivenciadas em projetos	5	10	50
Vulnerabilidade	Modelo de implantação e gestão de perímetros irrigados são ineficazes e desalinhados das práticas de autossustentabilidade, dificultando a emancipação dos que são economicamente viáveis.	R21	Emancipação de PPIs dificultada/impossibilitada pela ausência de avaliação da eficácia do modelo de implantação e gestão utilizado	5	8	40
Vulnerabilidade	Ausência de estudos e banco de empreendimentos para a área de atuação da Empresa que oportunizem a captação de recursos.	R22	Ausência de estudos de demandas das necessidades por região/localidades visando facilitar a captação de recursos	2	10	20
Vulnerabilidade	A assistência técnica após a implantação dos empreendimentos é deficitária.	R23	Comprometimento da produtividade ou da execução do plano de emancipação dos PPIs por ausência, ineficiência ou ineficácia da assistência técnica rural.	2	10	20

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Vulnerabilidade	Precriedade na manutenção e gestão das obras de infraestrutura hídrica.	R24	Deterioração ou rompimento de infraestruturas hídricas (barragens, açudes) por falta de manutenção ou acompanhamento.	10	5	50
Ameaça	Ingerência Política	R25	Bens doados para uma finalidade divergente do pactuado no termo	5	8	40
Vulnerabilidade	Ineficiência do sistema de cobrança das tarifas dos Perímetros Irrigados.	R26	Plano de emancipação de PPIs prejudicado pela ineficiência dos sistemas de cobranças de tarifas	2	8	16
Auditoria 2021	-	R27	Invasão de imóveis da Codevasf impossibilitando sua utilizando no prazo esperado	5	5	25
Auditoria 2021	-	R28	Interferência política na aplicação de penalidades	2	2	4
Auditoria 2021	-	R29	Extravio de bem/equipamento ou de sua parte que esteja no pátio da Codevasf	10	5	50
Auditoria 2021	-	R30	Risco da contratada não entregar o bem/equipamento/serviço contratado	8	2	16
Auditoria 2021	-	R31	Fragilidades nos procedimentos licitatórios das convenientes não observadas pela Codevasf dificultando a execução do instrumento	5	8	40
Auditoria 2021	-	R32	Pagamento por serviços não realizados	5	5	25
Auditoria 2021	-	R33	Ausência de controle tecnológico de obras civis	5	8	40
Auditoria 2021	-	R34	Fragilidades no acompanhamento dos instrumentos pela fiscalização da Codevasf	5	8	40
Vulnerabilidade	Baixo conhecimento das demandas sociais.	R36	Ausência de planejamento das aquisições de bens e equipamentos. Deficiência de Estudos Técnicos Preliminares	5	8	40
Vulnerabilidade	Baixo avanço tecnológico.	R37	Política de segurança da informação aprovada, mas com seus principais componentes não implementados	8	5	40
Vulnerabilidade	Incompatibilidade da infraestrutura e pessoal com a qualidade e quantidade dos serviços.	R38	Ausência de atuação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR)	5	5	25
Vulnerabilidade	Incompatibilidade da infraestrutura e pessoal com a qualidade e quantidade dos serviços.	R39	Morosidade da AE/GTI na entrega de sistemas demandados pelas áreas.	5	8	40
Auditoria 2022	-	R40	Fragilidades no processo de prestação de contas de Suprimento de Fundos	5	5	25

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Auditoria 2022	-	R41	Fragilidades nos controles internos do processo de Suprimento de Fundos	5	5	25
Auditoria 2022	-	R42	Controles internos insuficientes/deficientes para garantir a execução adequada dos processos relacionados à gestão dos convênios e termos de compromisso	5	8	40
Auditoria 2022	-	R43	Fragilidades na gestão e monitoramento dos convênios e termo de compromisso	5	10	50
Vulnerabilidade	Mecanismos de alinhamento com organizações parceiras são deficientes na condução dos empreendimentos a cargo da Codevasf.	R44	Controles internos deficientes para o acompanhamento dos TED's	5	8	40
Auditoria 2022	-	R45	Ausência de Cobrança de Prestação de Contas de TEDs concedidos	5	8	40
Auditoria 2022	-	R46	Ausência de Prestação de Contas dos TEDs recebidos	5	8	40
Auditoria 2022	-	R47	Morosidade na atuação do Comitê de LGPD	5	10	50
Risco (CGU)	-	R48	Processos críticos ineficientes devido à integração deficiente dos sistemas corporativos em operação.	8	8	64
Risco (CGU)	-	R49	Comprometimento da atuação da Codevasf por inadequação dos normativos que regem a Empresa.	5	8	40
Risco (CGU)	-	R50	Atuação ineficiente da Codevasf devido à má distribuição da força de trabalho da Empresa.	5	8	40
Risco (CGU)	-	R51	Ações ineficazes/ineficientes devido a falhas no processo para seleção de ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança.	5	5	25
Auditoria 2022	-	R52	Fundação São Francisco - Realização de investimentos em desacordo com a política de investimento.	8	5	40
Auditoria 2022	-	R53	Fundação São Francisco - Falhas na concessão e manutenção dos benefícios.	8	2	16
Auditoria 2022	-	R54	Fundação São Francisco - Base de registros e informações cadastrais inconsistente	8	2	16
Auditoria 2022	-	R55	Fundação São Francisco - Gestão administrativa dos contratos administrativos deficiente	5	2	10
Auditoria 2022	-	R56	Fundação São Francisco - Fragilidades na estrutura de	8	5	40

Variável	Análise SWOT PEI	Risco	Descrição do Risco	I	P	IxP
Auditoria 2022			governança e controles internos da Fundação			
Auditoria 2022	-	R57	Fundação São Francisco - Apropriação indevida ou ausência das contribuições nos saldos de conta do participante.	5	2	10

### III. Apropriação e Pontuação dos Riscos aos Temas de Auditoria

Tema de Auditoria	Riscos Associados	Avaliação de Riscos	Pontuação
Serviços de Natureza Continuada e contratos administrativos da AA/GSA/USA	R1, R2, R6, R9, R11, R12, R40 e R41	206	2
Protocolo, arquivo e publicações	R13	16	1
Patrimônio e material	R9, R12, R19, R25, R27 e R35	211	2
Cadastro e Administração da folha de pessoal	R12 e R19	90	1
Benefícios e Saúde Ocupacional	R6, R9, R10 e R12	121	1
Desenvolvimento de Pessoas	R1, R9, R10, R12, R16, R19, R49	251	3
Relações de trabalho	R12, R15, R17, R51	125	2
Gestão Contábil	R12	40	1
Gestão Financeira	R12 e R19	90	1
Planejamento Estratégico	R12, R13, R14	58	1
Gestão e monitoramento dos instrumentos	R12, R13, R19, R42, R43, R44, R49	276	3
Planejamento e Execução do Orçamento	R12	40	1
Tecnologia da Informação	R1, R3, R4, R9, R12, R13, R16, R17, R19, R20, R30, R37, R38, R39	344	3
Gestão das Licitações na PR/SL	R1, R12, R16, R19, R20	220	2
Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da PR/SRC	R12 e R18	56	1
Gestão dos convênios e Termos de Compromisso	R1, R3, R4, R6, R7, R8, R13, R16, R20, R22, R31, R32, R33, R34, R42, R43, R49	533	5
Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's	R1, R3, R4, R6, R8, R13, R20, R44, R45, R46, R49	348	3
Aplicação de penalidades	R19 e R28	54	1
Ética e Integridade	R1, R5, R28, R29, R32	129	2
Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD	R47	50	1
Doações de bens e equipamentos	R25, R35, R36, R48, R49	224	2

<b>Tema de Auditoria</b>	<b>Riscos Associados</b>	<b>Avaliação de Riscos</b>	<b>Pontuação</b>
Tomada de Contas Especial	R49, R50	80	1
Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional	R1, R3, R4, R5, R6, R8, R12, R13, R19, R20, R22, R25, R30, R31, R32, R34, R35, R36, R48	613	5
Acompanhamento/Fiscalização	R1, R2, R6, R12, R13, R19, R20, R34, R42, R43, R49, R50	456	4
Cisternas	R1, R3, R5, R6, R8, R12, R13, R20, R22, R30, R32, R34, R49	363	3
Conservação/recuperação Hidro ambiental	R1, R3, R6, R13, R20, R22, R30, R32, R34, R48	321	3
Construção de Barragens	R1, R4, R6, R12, R20, R22, R32, R33, R34, R48, R49	415	4
Construção de Pontes	R1, R3, R4, R6, R8, R12, R20, R22, R32, R33, R34, R48, R49	441	4
Esgotamento Sanitário	R1, R2, R4, R6, R12, R13, R20, R22, R30, R32, R33, R34, R49	393	4
Estradas Vicinais	R1, R3, R4, R6, R13, R20, R22, R31, R32, R33, R34, R49	377	4
Estudos e Projetos	R1, R4, R6, R12, R20, R28, R30, R32, R34, R49	311	3
Gestão, Operação e Manutenção do PISF	R1, R2, R4, R6, R12, R13, R20, R24, R27, R28, R32, R33, R34, R48	420	4
Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação	R1, R2, R4, R6, R9, R12, R13, R21, R23, R24, R26, R27, R32, R33, R34, R48, R49	538	5
Máquinas, Veículos e Equipamentos	R1, R3, R5, R6, R8, R12, R13, R19, R20, R22, R25, R29, R30, R34, R35, R36, R48, R49	622	5
Pavimentação	R1, R3, R4, R5, R6, R13, R19, R20, R30, R31, R32, R33, R34, R48, R49	497	5
Perfuração e instalação de poços	R1, R3, R5, R6, R8, R13, R20, R22, R29, R30, R32, R34	333	3
Recuperação de Barragens	R1, R6, R12, R13, R24, R32, R33, R34, R49	331	3
Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água	R1, R2, R4, R12, R13, R20, R22, R29, R32, R33, R34 e R49	387	4

#### IV. Avaliação dos Objetos de Auditoria

<b>Tema de Auditoria</b>	<b>MATERIALIDADE</b>	<b>RISCO</b>	<b>RELEVÂNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
Pavimentação	1,25	1,71	1,38	<b>4,34</b>
Doações de bens e equipamentos	1,25	1,71	1,30	4,26
Máquinas, Veículos e Equipamentos	1,25	1,53	1,42	4,20
Ações de Apoio ao Desenvolvimento Regional	1,25	1,71	1,22	<b>4,18</b>

<b>Tema de Auditoria</b>	<b>MATERIALIDADE</b>	<b>RISCO</b>	<b>RELEVÂNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
Gestão e monitoramento dos instrumentos	1,25	1,71	1,18	4,14
Gestão dos convênios e Termos de Compromisso	1,28	1,17	1,22	3,64
Estudos e Projetos	0,50	1,89	1,12	3,51
Gestão das Licitações na PR/SL	1,00	1,35	1,11	3,46
Construção de Pontes	0,50	1,71	1,16	3,37
Estradas Vicinais	0,50	1,71	1,14	3,35
Gestão da Integridade, Riscos e Controles Internos da PR/SRC	1,00	1,17	1,07	<b>3,24</b>
Saneamento e Sistema de Abastecimento de Água	0,25	1,71	1,27	3,23
Perfuração e instalação de poços	0,50	1,53	1,12	3,15
Gestão e fiscalização dos Serviços de Natureza Continuada e contratos administrativos da AA/GSA/USA	1,00	1,17	0,96	3,13
Acompanhamento/Fiscalização	0,50	1,35	1,25	3,10
Cadastro e Administração da folha de pessoal	1,00	0,99	1,09	3,08
Planejamento Estratégico	1,00	1,17	0,90	3,07
Gestão dos Termos de Execução descentralizada - TED's	1,25	0,81	0,97	3,03
Recuperação de Barragens	0,25	1,89	0,87	<b>3,01</b>
Gestão do patrimônio e material	1,25	0,81	0,93	2,99
Cisternas	0,25	1,53	1,20	2,98
Implantação e Gestão de Perímetros de Irrigação	0,50	1,17	1,25	2,92
Construção de Barragens	0,25	1,71	0,91	<b>2,87</b>
Relações de trabalho	0,25	1,35	1,25	2,85
Ética e Integridade	0,25	1,35	1,17	2,77
Planejamento e Execução do Orçamento	0,75	1,17	0,81	2,73
Esgotamento Sanitário	0,50	0,99	1,18	2,67
Gestão, Operação e Manutenção do PISF	0,25	1,35	0,93	2,53
Tomada de Contas Especial	0,25	1,17	1,01	2,43
Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD	0,25	1,17	0,95	2,37
Aplicação de penalidades	0,25	1,17	0,85	2,27



**Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Auditoria Interna – Consad/Audin

<b>Tema de Auditoria</b>	<b>MATERIALIDADE</b>	<b>RISCO</b>	<b>RELEVÂNCIA</b>	<b>TOTAL</b>
Protocolo, arquivo e publicações	0,25	1,17	0,73	2,15
Conservação/recuperação Hidro ambiental	0,25	0,81	1,08	2,14
Tecnologia da Informação	0,25	0,81	1,08	<b>2,14</b>
Gestão Financeira	0,50	0,63	0,97	2,10
Desenvolvimento de Pessoas	0,25	0,81	1,04	2,10
Gestão Contábil	0,50	0,63	0,59	1,72
Fundação São Francisco de Seguridade Social.	0,25	0,63	0,69	<b>1,57</b>
Benefícios e Saúde Ocupacional	0,25	0,45	0,60	1,30